



GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE BAURU

Processo SE nº: 00872/0038/2017

Interessado: APAE de Arealva

Assunto: Prestação de Contas – subvenção referente ao ex. 2017.

PARECER CONCLUSIVO

A presente Prestação de Contas referente ao exercício de 2017, dos recursos repassados à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Arealva – APAE de Arealva de acordo com o Termo de Convênio assinado em 30/12/2016, cujos valores vão abaixo discriminados, foi analisada e considerada em ordem por esta Diretoria de Ensino, segundo os critérios contidos no Artigo 189 das Instruções nº 01/2016 - publicadas no Diário Oficial do Estado de 07/04/2016.

(Inciso II, III, IV e V do artigo 189)

NOTA DE EMPENHO	FONTE RECURSO	PARCELA	EXERCICIO	VALOR (R\$)	DATA REPASSE	RECEBIMENTO PRESTAÇÃO CONTAS
2017NE00103	005.003.002	2017OB15139	2017	11.666,67	15/03/2017	13/06/2017
2017NE00103	005.003.002	2017OB47662	2017	11.666,67	19/06/2017	
2017NE00103	005.003.002	2017OB76881	2017	11.666,67	15/06/2017	

VALORES TRANSFERIDOS (R\$)	APLICAÇÃO FINANCEIRA (R\$)	RECURSOS PRÓPRIOS (R\$)	DESPESAS COMPROVADAS (R\$)
35.140,90	139,90	269,63	35.410,53

1. Localização: Matão s/nº - Arealva – Regular funcionamento atestado pelo Cadastro Pró Social;
2. Finalidade: Atendimento educacional especializado à Portadores de necessidades especiais, deficiências físicas, mental, auditiva, visual, múltipla ou com comprometimentos severos;
3. Descrição: repasse de recursos destinados à pagamento de salário e encargos trabalhistas de educadores e demais despesas para manutenção e subsídio das atividades educacionais, visando o desenvolvimento das potencialidades dos alunos. A aplicação ocorreu dentro do previsto no Plano de Trabalho proposto pela beneficiária e aprovado pela Diretoria de Ensino;
4. Foram observados o cumprimento das cláusulas pactuadas em conformidade com a regulamentação que rege a matéria;
5. Regularidade dos gastos e sua regular contabilização: Atestado pelos membros do Conselho Fiscal da beneficiária e pelo concessor;
6. Aquisições obedecendo aos princípios da Lei Federal 8666/93;
7. Regularidade de encargos trabalhistas: Foi apresentada declaração de que a entidade efetuou os recolhimentos referentes à FGTS e INSS do exercício;
8. Foram apresentados documentos com a inscrição: confere com o original, por membro da entidade, devidamente identificado;
9. A aplicação dos recursos destinados a este convênio obedeceu aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade.

Bauru, 25 de junho de 2018.

Profª Gina Sanchez
RG. 13.343.586
Dirigente Regional de Ensino